

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 11 A 17 DE MAIO DE 1982
Nº 185 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio Mercadante Oliva

Carlos Cunha

Carlos Rodrigues Brandão

Heloísa Martins

Jether Ramalho

Leticia Cotrim

Neide Esterci

Paulo Ayres Matos

Paulo Cezer Botas

Rubem T. de Almeida

Zwinglio Mota Dias

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TERMINA GREVE NO ABC: METALÚRGICOS "ENTERRAM" FIESP

A assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que aprovou ontem cedo o acordo salarial entre a Volkswagen do Brasil, Ford, Saab Scania, Mercedes Benz e Volks Caminhões, cujos operários estavam em greve desde a última segunda-feira, foi precedida do enterro simbólico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O metalúrgico Januário Fernandes da Silva, da Comissão de Empregados da Ford, que pediu aos oito mil trabalhadores reunidos no estádio de Vila Euclides "uma vaia para os reacionários da Fiesp e para os fascistas deste país", frisou que a categoria alcançou com o acordo, o maior avanço político, partido do Sindicato de São Bernardo e Diadema, ao "desmontar a unidade dos empresários". (ESP - 16/5/82)

ACORDO NO ABC DIVIDE EMPRESÁRIOS

O acordo acertado ontem entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, que fixa um aumento salarial de 5,5% acima do INPC para todas as faixas salariais, rompeu a unidade do Grupo 14 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Logo após o anúncio do acordo no Tribunal Regional do Trabalho, o coordenador do Grupo 14, distribuiu nota oficial, na qual lembra que o órgão foi unânime em pedir ao TRT a declaração da ilegalidade da greve. "Surpreendentemente - acrescenta - o Sindicato (sindicato das montadoras) resolveu tomar uma atitude isolada, contrariando a decisão do próprio Grupo que havia se comprometido a obedecer". A posição das montadoras, na opinião do coordenador, abriu "perigoso precedente, pois, além de desrespeitar a Justiça, ela deverá, a curto prazo voltar-se contra os próprios interesses do País - entendam-se empresários -, já que, sem o prevalecimento da ordem jurídica, não há economia que se mantenha ou relações de trabalho que se sustentem". (FSP - 15/5/82)

O MAIS IMPORTANTE FOI ORGANIZAÇÃO

Todos os diretores atuais e cassados do Sindicato dos Metalúrgicos presentes à assembléia estavam tensos. Eles ainda tinham dúvida de que a categoria, reunida em Vila Euclides, aceitasse o acordo assinado pela entidade com os empresários na sexta-feira. "Tomamos uma posição importante, num momento delicado. Ou assinávamos o acordo ou a greve seria julgada ilegal hoje (sábado). Assinamos não pelo 5,5% de aumento real, mas porque estávamos rachando a classe patronal deste País", afirmou o presidente do sindicato. Segundo ele, os metalúrgicos de São Bernardo (SP), estavam conquistando, ao aceitar o acordo, o que sempre desejaram: impedir que a Fiesp colocasse numa mesa de negociações uma só contraproposta que servisse tanto aos metalúrgicos da Volkswagen como aos trabalhadores de uma empresa de fundo de quintal. "O mais importante para mim", proclamou o presidente, "foi a nossa organização e a nossa coragem, pois diziam que este ano, pelo fato de haver desemprego, os trabalhadores até aceitariam um por cento de aumento real em seus salários". (FSP - 16/5/82)

OPERÁRIOS PROTESTAM CONTRA DEMISSÃO EM ESTALEIRO

Os cerca de 8 mil operários da Companhia Comércio e Navegação - Estaleiro Mauá, no Rio, poderão entrar em nova greve a partir de hoje, dependendo de reunião que promoverão no portão da empresa antes do início do

expediente. Eles denunciam a demissão de 31 empregados logo após a suspensão da greve de nove dias, na sexta-feira. (FSP - 11/5/82)

DENÚNCIA DOS BANCÁRIOS NA OIT

O Banco Brasileiro de Descontos obriga seus funcionários a trabalhar aos sábados e impõe uma jornada de trabalho superior ao limite legal, sem o correspondente pagamento de horas extras. Denúncia nesse sentido está sendo encaminhada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo à Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual destaca ainda "a agressão e ameaça de morte de que foi vítima o vice-presidente da entidade, em uma agência do Bradesco". De acordo com nota divulgada ontem pelo Sindicato, "ele foi agredido numa agência do Bradesco, dia 3 de abril último, um sábado, quando exigia a paralisação dos trabalhos naquele dia, conforme determina a lei. Ele acabou sendo atirado para fora do recinto e ameaçado de morte por um funcionário do Banco". Por sua vez, o presidente dos Bancários de Santos, Jocelito F. de Matos, salientou que "na Baixada, diversos bancos estão também operando aos sábados, colocando em risco a segurança dos trabalhadores, já que nesse dia não há guardas de segurança". (FSP - 15/5/82)

CONTINUA GREVE NA BAHIA

Os professores da rede oficial de ensino da Bahia, em sua segunda semana de greve por melhorias salariais, vão fazer uma manifestação pública hoje na Assembléia Legislativa baiana, durante a votação do aumento do funcionalismo estadual. A vice-presidente e a secretária de imprensa da Associação dos Professores Licenciados na Bahia - APL-BA -, foram punidas, com rescisão de contrato de trabalho, pela Secretaria de Educação. Além disso, como são nomeadas em outras funções na Secretaria, foram também transferidas para subúrbios de Salvador. A demissão das dirigentes da APL-BA reforçou o movimento, cuja continuidade foi decidida por unanimidade em assembléia, mesmo depois de decretado ilegal pelo Ministério do Trabalho, conforme anunciou no fim de semana o secretário da Educação. Além das demissões, o governo do Estado está ameaçando suspender o pagamento dos professores, o que causou muita irritação na assembléia geral de ontem, pois os docentes afirmam que os vencimentos são de aulas já dadas. (ESP - 11/5/82)

SEIS MIL PROFESSORES COM SALÁRIOS ATRASADOS EM SÃO PAULO

Na rede estadual de ensino existem cerca de seis mil professores que estão com o pagamento atrasado desde setembro do ano passado. E há também casos de professores que não recebem as vantagens de promoção de cargo desde 1978. Segundo José Manesco, do Departamento Jurídico da Apeoesp, que fez essas denúncias, os atrasos ocorrem por causa do excesso de burocracia na liberação dos pagamentos, da falta de sintonia entre as duas secretarias (Educação e Fazenda), responsáveis pelos vencimentos, e do reduzido número de funcionários da Secretaria da Fazenda para atender aos 200 mil professores da rede estadual de ensino. (ESP - 13/5/82)

TRABALHADORES RURAIS

RONDA ALTA: PAGA PRIMEIRA PARCELA...

Com o dinheiro arrecadado na campanha coordenada pela Regional Sul-3 da CNBB, foi paga ontem a primeira parcela - Cr\$ 5 milhões - dos 25,5 mi-

lhões referentes à compra de 108 hectares de terra em Ronda Alta para as 207 famílias de colonos que deixaram o acampamento de Encruzilhada Natalino (RS). No fim de semana será realizada nova coleta em todas as paróquias do Rio Grande do Sul para o pagamento da segunda parcela - Cr\$ 13,5 milhões - que vence no dia 12 de junho. A última parcela - Cr\$ 5,5 milhões - não tem prazo de vencimento. (JB - 13/5/82)

...E COLONOS SE ORGANIZAM

A terra adquirida em Passo Fundo (RS), será escriturada em nome da Cáritas local, até que os colonos organizem uma entidade que possa receber a propriedade. Não será possível desmembrar lotes individuais e os colonos deverão constituir uma sociedade para administração comunitária da área. Atualmente, muitos deles trabalham em plantações de terceiros na região, obtendo algum rendimento com o trabalho braçal, e os demais cultivam as próprias terras, em hortas coletivas ou individuais. A CNBB espera, com essa providência, diminuir o problema dos colonos sem terra que ficaram quase um ano acampados em Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, pressionando o governo a realizar uma reforma agrária como solução para o grave problema fundiário do Estado. Levantamentos do INCRA mostram que 30% dos proprietários desfrutam de 70% da área estadual, enquanto 70% da população rural se concentra em 30% da área restante: "Ao comprar terras para os colonos, queremos mostrar que existe uma fórmula viável para correção dessa questão social", disse o porta-voz da CNBB. (ESP - 15/5/82)

POSSEIROS VÃO AO INCRA NO RIO DE JANEIRO

Mil e oitocentos posseiros, reunidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - Fetag-RJ, ocuparam ontem o pátio do palacete onde funciona o INCRA. Foram reforçar a denúncia do aumento de conflitos pela posse de terras em 94 fazendas de 22 municípios. Conflitos que envolvem, hoje, 48 mil pessoas. Eles exigem a desapropriação das áreas em litígio. O coordenador do INCRA é muito educado. Diz que não depende só dele. Mas nós vimos cobrar a desapropriação imediata das terras" - disse Eraldo Lírio de Azeredo, da Fetag. Os posseiros começaram a chegar por volta das 13 horas. As conversas sempre abordavam o mesmo tema: problemas de posse. Quase todos com mais de 40 anos. Luis Antero Rodrigues, 70 anos, tem 10 filhos e mais de 30 netos. Mora sozinho na terra que ocupou há 25 anos, na fazenda Santo Antônio. " vim aqui porque preciso do título da terra para conseguir ajuda e porque já fui ameaçado uma vez pela polícia" - contou. Dona Maria Rosa Marques garante que tem um título de propriedade datado de 1856. É um título do Império. Mas veja só. Eu precisei recorrer ao usucapião e até agora não consegui. Enquanto isso tem um grilheiro em nossas terras, um tal de Jovacy Neves, que está destruindo parte da nossa lavoura e até ameaçou meu marido. (JB - 14/5/82)

FISCALIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE BÓIAS-FRIAS

Mais de 100 caminhões transportadores de bóias-frias foram multados e 30 foram apreendidos nos últimos dez dias, em operação conjunta do Policiamento Rodoviário e da Subdelegacia Regional do Trabalho, em São Paulo. Esses números são considerados elevados pelos responsáveis pela operação, que com ela pretendem reduzir os acidentes nas estradas. Os caminhões circulam sem os equipamentos obrigatórios tais como lonas de carroceria, bancos fixos, grade alta na traseira do veículo, colocação das ferramentas em local separado dos passageiros e, principalmente, pneus gastos. Também se exige do condutor do veículo autorização especial do DER para trafegar nas rodovias levando gente na carroceria. O subcomandante do batalhão rodoviário, afirmou que a operação vai continuar en-

quanto for necessária, lembrando que a solução do problema depende do empenho das usinas, dos patrões e dos próprios transportadores. A operação na região começou em função do início do corte da cana-de-açúcar. (ESP - 12/5/82)

ÍNDIOS

NOVA AMEAÇA DE ATAQUE NO XINGU

Os índios Txucarramãe, subgrupo Caiapó que vive ao norte do Parque do Xingu, poderão atacar novamente durante a estação seca. A ameaça foi feita ontem pelos caciques Raoni e Crumari. Eles estão em Brasília reivindicando mais uma vez a demarcação da "zona de amortecimento", faixa com 15 quilômetros de largura, separando o parque indígena das fazendas instaladas às margens do Xingu. Essa "zona de amortecimento" foi prometida em agosto de 1980, logo após o ataque feito por esses índios contra a fazenda São Luis, quando mataram 11 peões. Os caciques se reuniram ontem com o presidente da Funai, que prometeu demarcar a área, sem adiantar qual o prazo. Raoni, depois da reunião com o presidente da Funai, afirmou que seu prazo "é até antes das próximas chuvas. E se não acontecer nada nós vamos..." disse ele completando a frase com um gesto característico para mostrar bordunas batendo em cabeças. (FSP - 12/5/82)

GRUPOS TRIBAIS TÊM POSSE DE TERRA

O presidente da Funai assinou portaria declarando de posse permanente de grupos tribais, na Amazônia, três áreas indígenas nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia, beneficiando uma população de 4.571 índios. Estas áreas serão agora demarcadas com marcos e placas indicativas. Os beneficiados são os mundurucu, que vivem no município de Borba, no Amazonas, que tiveram declarada a posse permanente de uma área que abrigará 765 índios; os satere-maué, que vivem nos municípios de Maués e Itaituba, no Amazonas e Pará; e 206 índios tupari e marurap, no município de Guajará-Mirim, em Rondônia. (ESP - 15/5/82)

CONFIRMADA MORTE DE ARARAS

Após sucessivos desmentidos, a Funai confirmou ontem, em Brasília, que sete índios araras do Pará morreram durante um surto de gripe que atingiu a comunidade, há dois meses. Há informações de que a notícia, embora já tivesse sido confirmada há algum tempo, teve sua divulgação proibida pelo chefe da Assessoria de Estudos e Pesquisas da Funai, coronel Ivan Zanoni Hausen, sob a alegação de que ela poderia comprometer-se a boa imagem da Funai. No Rio de Janeiro, um jornalista que esteve na área confirmou as mortes dos índios araras, denunciando, também a ineficiência do atendimento médico feito pela equipe comandada pelo chefe do setor de saúde da Funai. (ESP - 11/5/82)

FINALMENTE, ACORDO ENTRE GRUPO GUARANI E ITAIPU

Os índios guaranis de Barra do Ocoí (PR) e a Itaipu Binacional finalmente chegaram a um entendimento para a transferência da tribo, que deve deixar em 90 dias as terras onde vive atualmente e que serão inundadas em outubro pelo lago da hidrelétrica. Um acordo de reassentamento foi firmado anteontem, na comunidade indígena, após uma reunião dos líderes tribais com representantes da Itaipu, Funai, Comissão de Justiça e Paz.

e Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Os guaranis vão ocupar uma área de 253 hectares, distante 4,5 quilômetros de Vila Santa Rosa, no município de São Miguel do Iguçu. Do total, apenas 40 hectares são desmatados, sendo o restante de matas nativas, com aproximadamente 21 hectares dentro da chamada faixa de segurança próxima ao lago. Segundo o acordo, a área ficará em nome da União e será destinada com exclusividade às famílias. Esse acordo reconhece ainda como guaranis todas as 16 famílias (71 pessoas) que vivem atualmente em Ocoí, ficando assim sem efeito um laudo da Funai que não admitia como índios vários membros da tribo. Satisfeitos com o acordo, os índios pretendem fazer uma grande festa em Ocoí alguns dias antes de partirem. Será a "comemoração da vitória", como comentou um dos líderes da tribo. (ESP - 14/5/82)

10 MIL AINDA SEM CONTATO: DADOS DA FUNAI

A Funai calcula que existam, atualmente no Brasil, cerca de dez mil índios ainda sem contato com a civilização ou em fase de atração pelas equipes de sertanistas. No momento são mantidas pela Funai dez frentes de atração, inclusive uma no Estado do Maranhão, onde ainda permanecem sem contato com índios da tribo dos guajá. Os outros 150 guajás já foram atraídos. No Amazonas, entre 1.100 e 1.300 índios vaimiri-atroari estão em fase de atração, um trabalho difícil, pois os índios por diversas vezes, aceitaram a aproximação para, em seguida, massacrar a expedição, como aconteceu com o grupo chefiado pelo padre Calleri e com o sertanista Gilberto Pinto. A frente de atração dos marubo - 50 índios isolados -, também no Amazonas, está atualmente desativada. Estes índios são arredios e já aceitaram alguns contatos que não foram consolidados. No Amazonas e no Território de Roraima vivem os índios ianomani, grande parte ainda sem contato com a civilização. Somente na divisa do Amazonas com Roraima a Funai fala na existência de dois mil isolados. Ao todo, existem cerca de 8.500 ianomani nessa região. Em Goiás vivem 50 índios avá-canoai, que já foram contatados, mas mantêm apenas encontros esporádicos com a frente de atração da Funai na área. Em Rondônia são três as frentes de atração: a dos índios uru-eu-uau-uau, um grupo de 200 a 300 índios que mantêm contatos esporádicos com a frente; a de zoró - 130 a 180 índios - já em contato permanente com os sertanistas; e a frente caripuna, responsável pela atração de 60 índios que estão em fase de contato intermitente. A orientação da Funai é de lançar expedições de atração nas áreas onde os índios já estão sendo ameaçados com a aproximação de frentes de colonização. (ESP - 16/5/82)

JURUNA

O cacique Xavante Mário Juruna disse ontem, em Porto Alegre, onde foi lançar seu livro "O Gravador do Juruna", que, se for eleito deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, lutará pela demarcação das terras indígenas. Segundo ele, "o índio é o verdadeiro dono dessas terras, e não quer riquezas; só quer caçar e comer frutas". Ele disse também que não pretende reivindicar, ainda, a emancipação dos povos indígenas, que "ainda não têm condições de sobreviver na sociedade dos brancos". Essa, segundo Juruna, é uma questão para ser discutida "mais tarde". (ESP - 11/5/82)

MOVIMENTOS POPULARES

FAVELADOS QUEREM REVER PLANO PARA DOAR TERRAS
Quarenta e três entidades de classe e organizações de Osasco (SP), inte

grantes do Conselho Popular das Comunidades, realizaram domingo, naquele município, o 1º Encontro Municipal de Entidades, cuja principal resolução foi sugerir ao prefeito do Município, um novo estudo, "em profundidade", do decreto de 30 de março deste ano, que instituiu o Programa de Acesso à Terra nos Núcleos de Subabitação Urbana de Osasco (Osasterra). O Osasterra tem por objetivo permitir o uso, por famílias faveladas, por tempo indeterminado e em caráter intransferível, de terrenos pertencentes ao Município, que estão ocupados por 57 núcleos, nas regiões periféricas da cidade. No encontro, foram debatidas e aprovadas resoluções sobre desemprego, moradia, transporte coletivo, saúde, educação e creche, segurança da população e de criação do próprio Conselho Popular. Mas, segundo integrantes da Coordenadoria do Conselho Popular, o tema que mais provocou debates foi o da moradia, uma vez que esta questão vem sendo discutida amplamente pela população local, motivada pelo programa Osasterra. Os participantes não somente criticaram o programa Osasterra por não prever a cessão da posse dos terrenos pelos favelados, como também duvidam de sua aplicação, uma vez que o prefeito deverá deixar o cargo no dia 14, desincompatibilizando-se para concorrer, provavelmente, ao cargo de governador de São Paulo. (FSP - 11/5/82)

FAVELADOS SE MOBILIZAM CONTRA DESPEJO

Embora não tenham recebido nenhuma notificação oficial, os três mil moradores da favela Mimosa, em Jaçanã, na rodovia Fernão Dias (SP), acreditam que serão despejados amanhã, pelo proprietário da área e, em protesto contra a medida, pretendem interromper o tráfego da estrada, ocupando-a em massa, até que as autoridades tomem providências que os favoreçam. O proprietário da área, reivindicou a posse do terreno no ano passado e, em 19 de agosto, os favelados receberam notificação oficial que lhes concedia prazo de 15 dias para deixar o local. Sem assessoria jurídica, eles não deram importância ao aviso de despejo, que só ontem voltou a preocupá-los, apesar de nada ter sido comunicado oficialmente à comissão de favelados que cuida do assunto. Assistentes sociais da Prefeitura de São Paulo lhes explicaram que dificilmente poderão continuar na área, que é particular e o proprietário dela quer eliminar a favela para por em prática seus planos de construção. Os moradores da favela vivem em 500 barracos, sem água, luz ou esgotos e, segundo alguns deles, o núcleo tem mais de 40 anos. Há muitas crianças na favela, que estão sempre doentes por causa da água contaminada e da ausência completa de saneamento básico. (FSP - 14/5/82)

MIL PROTESTAM CONTRA POLUIÇÃO

Cerca de mil pessoas participaram ontem à tarde de uma passeata pelas ruas do bairro da Água Funda, em São Paulo, em protesto contra a poluição causada pela siderúrgica J. L. Aliperti e as várias formas de repressão dos 2.800 funcionários da empresa. Após se reunirem no pátio da Igreja de Santo Afonso, onde ouviram um balanço das atividades da Associação dos Moradores da Água Funda e relatos de maus-tratos praticados pela segurança da siderúrgica, os moradores percorreram parte do bairro cantando e carregando faixas de protesto. Desde a primeira passeata, há exatamente um ano, o movimento dos moradores da Água Funda contra a poluição causada pela J. L. Aliperti conquistou algumas vitórias, como o apoio de outros movimentos ecológicos e de associações de bairros e, principalmente, que a empresa iniciasse a instalação de filtros antipoluentes, como o que será inaugurado hoje, às 11 horas, para recuperação do monóxido de carbono. (FSP - 17/5/82)

IGREJA

CNBB DENUNCIA PERSEGUIÇÃO A BISPO

A assessoria de imprensa da CNBB denunciou ontem, através de boletim semanal, as perseguições sofridas pelo bispo de Moji das Cruzes (SP), dom Emílio Pignoli. Essas perseguições, informam os assessores da CNBB, vêm sendo feitas por "setores políticos descontentes com a atuação pastoral de dom Emílio, voltada para a opção preferencial pelos pobres". As perseguições, em forma de ataques pessoais, difamação e panfletagem contra o bispo, foram respondidas pelos 45 religiosos e religiosas que trabalham na diocese de Moji das Cruzes. Em documento ao bispo, eles lhe dirigiram uma moção de apoio divulgada pela CNBB. A nota explica que o objetivo principal da Igreja de Moji das Cruzes para os próximos dois anos é "evangelizar, através de uma formação permanente e progressiva dos agentes pastorais, a sociedade brasileira em transformação. Esta opção provocou reações e, por esta razão, vimos pela presente manifestar que estamos ao lado do nosso pastor. (FSP - 15/5/82)

POLÍTICA NACIONAL

OPOSIÇÃO REAGE AO "EMENDÃO" DO GOVERNO

"Isso, na verdade, é um revanchismo contra as urnas. O que eles querem fazer, com essa idéia do quórum de dois terços, é uma reversão eleitoral, é anular, antecipadamente, os resultados de 15 de novembro. Em outras palavras: a oposição ganha eleitoralmente, mas o governo inviabiliza os resultados politicamente, através desse pacote", declarou ontem o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao comentar as novas reformas político-eleitorais propostas pelo governo. (FSP - 12/5/82)

OPOSIÇÃO VÊ RECONHECIMENTO DE DERROTA

O senador Teotônio Vilela (PMDB-AL) disse ontem, em Belém, que o "emendão" que pretende alterar o quórum no Congresso para modificações na Constituição, "no fundo, é uma confissão de derrota e, ao mesmo tempo, uma advertência às oposições". Segundo Vilela, o governo está tão certo de que vai perder a maioria nas eleições de novembro que, "desde agora, se previne contra qualquer mudança na Constituição, da mesma forma que o ex-presidente Geisel se preveniu, em abril de 77, da maioria oposicionista no Senado com a criação dos biônicos". Ressaltando que o casuísmo gira como uma roleta de jogo, explicou: "Não se sabe exatamente a quem vai favorecer ou desfavorecer. Se a opinião pública, devidamente alertada, tem consciência plena do que deve ou não fazer para apoiar ou não apoiar esse ou aquele candidato, então o casuísmo pode não funcionar para eles. Enfim, será preciso ter a consciência plena de votar no governo ou na oposição, pois o pleito é eminentemente plebiscitário". (ESP - 14/5/82)

APÓS NOVE ANOS DE LUTA, TRINDADEIROS RECUPERAM TERRAS

Ao Sul do Litoral fluminense, o drama de 72 famílias de posseiros do vilarejo de Trindade terá fim, no próximo mês: após nove anos de lutas contra a Brascan - poderoso grupo multinacional que controla 280 empresas, das quais apenas 8 nacionais - que adquiriu toda a área em litígio, ocupada há mais de dois séculos, os trindadeiros vão receber as escrituras definitivas de suas propriedades, com o acordo feito com a empresa Cobracinco, que comprou as terras da Brascan. A revelação foi feita no Rio, pelo advogado Jarbas Penteado, que desde 1979 defende na Justiça os caiçaras da região, na época ameaçados até mesmo pela presença de homens armados, jagunços que a multinacional contratou para "intimidar os posseiros". A história da resistência dos caiçaras começou com a abertura da estrada Rio-Santos, quando surgiram especuladores imobiliários cobiçando suas terras. Com as posses garantidas, as famílias que ao longo desses anos resistiram às ordens de despejo, a toda sorte de ameaças - de agressões físicas a bloqueios de caminhos - e permaneceram no local, começam, agora, a reconstruir a vila perto da praia, na mesma área onde seus antepassados ergueram os primeiros ranchos de taipa. E essa nova Trindade (que não será muito diferente da antiga vila de pescadores isolada do resto do País durante séculos) vai surgir depois do acordo que os posseiros assinaram com a Cobracinco S.A.. "Os diretores da Brascan - disse o advogado - jamais se preocuparam com o problema dos posseiros e todas as vezes que procurávamos o diálogo, eles respondiam com a força, a ponto de manter mais de 47 homens armados, chefiados por um sargento, Érbio Monteiro de Almeida, para provocar os posseiros, ou então com ações de reintegração de posse no Fórum de Parati. Assim, preferimos partir para a luta judicial, ao mesmo tempo em que aconselhávamos aos trindadeiros a não abandonar suas posses." Mas essa situação começou a mudar quando a Brascan retirou-se, levando muitos dólares arrecadados com a venda da propriedade, e os novos donos da área passaram a aceitar o diálogo e, principalmente, a ouvir os principais líderes da comunidade, empenhados em fazer valer os direitos de usucapião. "A Cobracinco - continuou Jarbas - aceitou ceder aos posseiros, mediante a concessão para cada um do título de propriedade, a área onde já estava delimitado o povoado e, também, as posses de lavoura, ao pé do morro, mantidas por eles. Assim, os trindadeiros ficaram com 147 mil metros quadrados para reconstruir a antiga vila e mais 620 mil metros quadrados para plantar as roças, enquanto a empresa garantiu o domínio de 2,8 milhões de metros quadrados." Segundo o advogado, o documento provisório, já assinado entre as partes, é irreversível e irretroatável, garantindo aos caiçaras não só o acesso à praia - pois todos vivem da pesca, além da agricultura rudimentar - como às matas, às cachoeiras e a toda a região: "Isso quer dizer que o empreendimento imobiliário não poderá ser um condomínio fechado, como ocorreu na localidade vizinha chamada de Laranjeiras". Além disso, os trindadeiros terão a posse permanente da área nobre da vasta propriedade, e a reconstrução da vila será feita pela Associação dos Moradores e Amigos de Trindade, organizada recentemente para orientar os trabalhos comunitários. Assim, chega ao fim um pesadelo de nove anos que, para os moradores da vila, teve um custo alto demais e reduziu para 72 famílias as 120 que viviam no povoado. Muitos, não suportando as pressões, preferiram abandonar suas posses confiando nas promessas da multinacional, que ofereceu aos interessados casas no vizinho município de Ubatuba, ao convencê-los a assinar procurações em branco nas quais davam à firma plenos poderes. "Longe do mar e sem terra para plantar, muitos desses trindadeiros, que sempre foram pescadores e lavradores, acabaram mendigos" - explicou Jarbas Penteado. (BSP - 16/5/82)